

UM BARCO À DERIVA CHAMADO BRASIL

Chegou a tão aguardada abertura de sigilos do caso Master. Alguns esperavam munição para a disputa eleitoral; outros aguardavam alguma novidade bombástica que mudasse os rumos da investigação; mas o que apareceu foi o método oligárquico de utilizar as instituições públicas para proteger interesses privados.

Com petistas e liberais na expectativa de ver a desidratação de Flávio Bolsonaro com o caso “Dark Horse”, o que apareceu foi o de sempre: o uso das instituições e dos cargos para garantir interesses da elite — e isso não chocou o governo nem a mídia tradicional.

A mídia do consórcio, diante do peso inamovível dos fatos e do desgaste de toda a corte suprema do Brasil, já pede a renúncia de Alexandre de Moraes por meio de seus editoriais e colunistas. Parece óbvio para qualquer cidadão com bom senso em território nacional que o Brasil precisa resgatar a legitimidade de suas instituições, resgatar a confiança da população para justificar seu poder e obter o respeito às suas ordens, para assim garantir um mínimo de estabilidade social.

O Brasil de hoje, com suas crises institucionais e escândalos públicos de instrumentalização da casa de máquinas burocrática do Estado, parece um barco à deriva: ora atingido pelas ondas ferozes das crises internacionais, ora precisando lidar com problemas internos; mas, independentemente das causas da instabilidade, um barco à deriva, total e completamente sem direção. O barco não perdeu sua capacidade de navegação da noite para o dia; foi perdendo seus instrumentos gradativamente até perder o rumo.

Essa perda de direção não foi um acidente, mas o resultado de um desmonte sistemático e coordenado da soberania do país. O primeiro instrumento de navegação a ser sabotado foi a própria finalidade da máquina pública. O aparelhamento estatal promovido pelo PT nunca operou de forma isolada ou com fins meramente domésticos; ele funciona como parte orgânica de um organismo supranacional: o Foro de São Paulo. Transformado no verdadeiro Estado-Maior da revolução latino-americana, o Foro centraliza as decisões estratégicas de alcance continental, que são posteriormente executadas pelos governos alinhados. Enquanto o Estado brasileiro era reconfigurado para alimentar esse projeto de poder transnacional, a mídia de massa e o establishment acadêmico atuaram durante anos como fiadores do silêncio, ocultando a própria existência do movimento e tratando o sequestro das instituições como mero acaso político.

Mas, além da agenda bolivariana de integração continental, perdemos nossa soberania também diante da burocratização dos acordos multilaterais. O Brasil perdeu o leme para as estruturas de governança global. As diretrizes fundamentais da política nacional deixaram de ser formuladas de acordo com as necessidades políticas do país para serem formuladas pelas agências multilaterais, como a ONU, a OMS, a OIT e o Banco Mundial.

O que o país precisa para sair dessa crise é dar um rumo ao barco, reassumir os meios de governança e colocar em prática um projeto de nação. O Brasil voltará a ter rumo quando as reformas institucionais não forem paliativos para manter o poder das elites, mas a retomada dos instrumentos de navegação da embarcação.

- **A abertura dos sigilos do caso Master não entregou espetáculo eleitoral:** expôs o método oligárquico de usar instituições e cargos para proteger interesses privados da elite.
- **O barco à deriva resulta de um desmonte coordenado da soberania** — do aparelhamento petista articulado ao Foro de São Paulo à submissão às agências multilaterais que formulam a política nacional.
- **Sair da crise exige projeto de nação:** reformas que retomem os instrumentos de navegação do Estado, e não paliativos para preservar o poder das elites.

